

## **O SUJEITO QUE RESULTA DO SIGNIFICANTE**

### **SUBJECT THAT RESULTS OF THE SIGNIFICANT**

**Yuri Disaró Amado**

Mestrando pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Psicanalista membro da Maiêutica Florianópolis Instituição Psicanalítica  
yuriamado@gmail.com

**Carlos Augusto Monguilhott Remor**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC)  
Psicanalista e Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFSC)  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC)  
remor@matrix.com.br

### **RESUMO**

Neste artigo, tratamos da relação entre sujeito e significante, procurando extrair articulações que exponham um uso clínico das asserções mais fundamentais do pensamento lacaniano, como a determinação do sujeito pela lógica do significante e sua causa oriunda do campo do Outro. Se Freud não dedicou esforços para definir a que se referia com a palavra sujeito, por estar preocupado, antes de tudo, em legitimar o inconsciente, Lacan continua seu trabalho ressaltando o aparecimento do sujeito como o ponto capital da clínica psicanalítica.

**Palavras-chave:** Sujeito. Significante. Representação.

### **ABSTRACT**

This article seeks to work with the relation between subject and signifier in order to extract articulations that expose a clinical use of the most fundamental assertions of Lacanian thought, as the determination of the subject by the logic of the signifier and its cause coming from the field of the Other. If Freud did not devote efforts to define what he meant by the word subject, for being concerned, above all, to legitimize the unconscious, Lacan continues his work highlighting the emergence of the subject as a fundamental point for the psychoanalytic clinic.

**Key-words:** Subject. Signifier. Representation.

## DE QUE SUJEITO SE TRATA EM PSICANÁLISE?

Freud nunca organizou uma definição para a ideia de sujeito de forma a se valer dela como um conceito que fundamentasse sua teoria. Parece ter se preocupado mais em alcançar uma legitimação do inconsciente entre os médicos da época do que em levantar mais um ponto de discórdia com o saber científico sobre o qual sempre persistiu em manter suas esperanças. Por isso, profere um discurso que tende à conciliação em suas conferências sobre a Psicanálise.

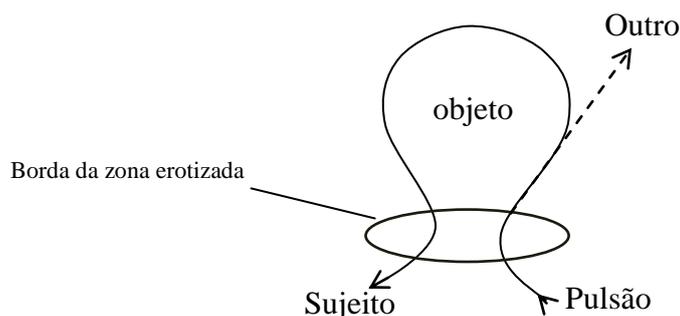
A psicanálise não precisa de uma Weltanschauung [visão de mundo]; faz parte da ciência e pode aderir à Weltanschauung científica. [...] Uma Weltanschauung erigida sobre a ciência possui, excetuada a sua ênfase no mundo externo real, principalmente traços negativos, tais como a submissão à verdade e a rejeição às ilusões. Todo semelhante nosso que está insatisfeito com essa situação, que exige mais do que isso para seu consolo momentâneo, haverá de procurá-lo onde o possa encontrar. Não o levaremos a mal, não podemos ajudá-lo, mas nem podemos, por causa disso, pensar de modo diferente (FREUD, 1933/2000).

Pode-se verificar que Freud não resume o pensamento científico ao manuseio técnico adquirido no decorrer dos séculos que seguiram seu estabelecimento. Não trata de trabalhos com diferentes concepções de sujeito, mas concebe que “a ciência não opera com o sujeito que ela inaugurou. Foi a psicanálise quem criou condições de operar com o sujeito que a ciência estabeleceu” (ELIA, 2004 p. 15). Lacan reconhece o uso oportuno deste aparente descaso de Freud ao digladiar-se com a questão do sujeito, como uma prova de que “é impensável, por exemplo, que a psicanálise como prática, que o inconsciente, o de Freud, como descoberta, houvesse tido lugar antes do nascimento da ciência” (LACAN, 1966/1998 p. 871).

Lacan, então, faz uso do termo “sujeito” como uma forma de dar continuidade a um ponto da psicanálise que o pai da psicanálise teria deixado em suspenso durante a vida. Lacan resgata este sujeito nos estudos sobre o masoquismo de Freud porque este utiliza o sistema de circuito pulsional que já havia concebido na apreciação do tema. O problema em questão é a indissociação da posição masoquista em relação à posição sádica, na qual aparentemente o masoquista desfrutaria de um gozo grato ao prazer sádico de agredir outro que acaba por ser ele mesmo.

A partir do momento em que o masoquista se faz alvo da pulsão, [...] o movimento pulsional necessita instituir algo ou alguém [...] que assuma o ônus da função subjetiva. [...] enquanto o masoquista se faz objeto com a finalidade de capitalizar o fim do circuito pulsional (isto é, a satisfação), o sujeito da operação fica inscrito como outro. No campo do Outro. (CABAS, 2009 p.22,23)

Formula-se, então, a teoria do circuito pulsional, que descreve a busca por parte da pulsão de um objeto através do qual se possa estabelecer a satisfação como meta (FREUD, 1915a, 2006 p.174). Muito similar ao que acontece com o sádico, que procura uma pessoa sobre quem impor controle e sofrimento, o que se passa com o masoquista é que “mais uma vez é buscada como objeto uma pessoa estranha que, em decorrência da mudança sobrevinda na meta, tem que tomar sobre si o papel pertencente ao sujeito” (FREUD, 1915a, 2006 p.174). A torção do percurso da pulsão que estaria implicada na constituição desse objeto pulsional, meta de satisfação, faz com que seu destino aponte novamente para a fonte, e a satisfação da apreensão do objeto seja absorvida pelo sujeito que se constitui no momento em que se é reconhecida a fonte da pulsão como seu próprio alvo. Por isso, o produto de um percurso pulsional, em sua busca por satisfação, é o surgimento de um sujeito que coincide com a zona erotizada que possibilitou a origem da pulsão.



**Figura 1 – Percurso da pulsão destinada originalmente ao Outro tendo seu percurso alterado pela “gravidade” do objeto, retornando para a fonte e fazendo surgir o Sujeito como substituto do Outro.**

O que foi apresentado aqui demonstra algo que vai contra uma extensa e variada pesquisa em psicanálise, a qual supõe o sujeito como causa do significante e que, por conta disso, pode conceber a relação analítica como sendo uma relação entre dois sujeitos. Essa polarização dos pares dialéticos serve como fundamento para uma concepção de sujeito com valor no campo da filosofia política (CABAS, 2009 p.11), desenvolvendo frutos muito diferentes daqueles necessários à clínica, que considera que “um sujeito não é causa, quando muito ele é causado” (CABAS 2009, p.10), é um efeito da ação da palavra. Essa mudança da direção do tratamento psicanalítico, que a teoria das pulsões introduz em 1915, desloca o lugar do sujeito e direciona a psicanálise a um combate à resistência, e não mais a tornar

consciente o inconsciente. No período inicial da psicanálise, ainda seria possível admitir uma dialética entre paciente e analista aos moldes psicologizantes, com um sujeito que necessita estar anteriormente disposto como um observador, para que o significante apareça como seu produto, algo do nível de um objeto que só passa a existir a partir da existência do sujeito. Nesses termos, o analista supriria com seu saber, o espaço do inconsciente de um paciente que anteriormente o ignorava.

Como Freud afirmou, “no início, o analista não podia aspirar a outra coisa mais que adivinhar o inconsciente oculto do doente... A psicanálise era, antes de tudo, uma arte da adivinhação”. (FREUD, 1920,2009). A necessidade de tal mudança é justificada por Lacan como um próprio rigor lógico à noção filosófica de sujeito e objeto: “*Um pouco de Aristóteles e das categorias lógicas, por favor [...] Um sujeito não supõe nada, ele é suposto. Suposto pelo significante que o representa*” (LACAN, 1967 p.14).

## **A REPRESENTAÇÃO (VORSTELLUNG)**

### DE SEU FUNDAMENTO PRÉ-PSICANALÍTICO

O termo em seu uso freudiano, obviamente carrega especificidades. Mais do que isso, ele também vai sendo elaborado através dos anos, na procura de fazer com que melhor corresponda às necessidades de descrever a experiência do inconsciente. Mas ainda que Freud tenha feito consideráveis mudanças em seu uso, podemos encontrar uma primeira importante característica, ainda que “embrionária”, do conceito de representação, já na obra pré-psicanalítica “As Afasias” (FREUD, 1891/1973), o que provavelmente, torna mais fácil compreender a linha de raciocínio de Freud.

Nesse texto Freud critica Wernicke e Meynert em suas teorias neurológicas a respeito de uma aproximação do campo psíquico. A posição de Freud é a de que a representação é uma construção mental, e não um simulacro das sensações, uma cópia de uma realidade exterior (o que começa por afastá-lo da concepção cartesiana de representação como ocorre na função do plano cartesiano, ponto a ponto). Apontava que para as representações que existem numa ordem psíquica, haveria sim um correspondente orgânico, mas este seria um sistema nervoso que arranjaria as sensações que recebe do mundo externo de acordo com suas características próprias de funcionamento.

Essa configuração daria à representação, uma forma determinada pelo funcionamento desse sistema. Não haveria um correlato orgânico gravado em determinada célula cortical, mas sim um correlato de um processo associativo do sistema nervoso. As representações das ideias formariam vários níveis de processos associativos sobrepostos, que seriam a marca dos diferentes estágios pelo qual o desenvolvimento daquele indivíduo teria passado. Representações mais antigas dariam suporte para as que as sucedem, misturando sua significação. Desta maneira, várias cadeias diferentes de representações, estariam aludindo a um objeto comum. Buscando percorrer o sentido inverso da constituição dessas cadeias, seria possível encontrar a representação de objeto que deu significado à cadeia de palavras de alguma determinada ideia, ou seja, encontrar qual foi o significado que lhe deu origem.

O que Freud encontra em seus estudos com neurônios é que o sistema nervoso sofre certo tipo de marca quando estimulado, que ele se deforma de acordo com o estímulo a ele aplicado. Ainda assim, não há nada que possa “ler” estas marcas de maneira a recuperar a experiência anterior tal como numa recordação, e a única maneira aproximada, seria esperar por uma repetição da excitação nervosa original, que então percorreria o mesmo caminho anteriormente deixado no sistema nervoso já deformado pela primeira vez em que a excitação ocorreu. Com tal informação não se pode conceber mais que um sistema consciente a respeito do qual se pode assumir a oposição entre consciência e ausência dessa consciência, ainda deixando de lado a formulação futura do inconsciente. Essa redução do universo psíquico à consciência será reformulada quatro anos mais tarde, quando Freud escreve o “Projeto para uma psicologia científica” (FREUD, 1895/1976). A partir deste momento, a consciência passa a ser apenas um predicado que pode ser adicionado a uma representação, e a inconsciência passa a ser tida como o estado originário das representações.

As críticas de Freud sobre Wernicke e Meyert em 1891 vão no sentido de mostrar que suas descobertas são falsas, e que nada que seja fisiológico justifica uma condição latente das ideias. Mas quando Freud formula a hipótese do inconsciente no “Projeto” de 1895, ela se encaixa num lugar substitutivo disso que Wernicke clamava haver descoberto. Teria já sido essa impossibilidade de ter a condição inconsciente atestada fisiologicamente o que fez com que Freud desistisse da fisiologia para fundar a psicanálise? Para abarcar a experiência da memória, ele inclui em sua teoria três registros que estariam alheios à consciência e nos quais sim haveria tal marca legível: o pré-consciente, o inconsciente e a indicação da percepção. Ainda que o registro da “indicação da percepção” não tenha sido mais citado em nenhuma publicação psicanalítica, figura em meio à primeira concepção freudiana do inconsciente,

ainda bastante justificada na descrição neuronal. Porém esse é mais um exemplo de um conceito abandonado por Freud em prol de seu esforço em legitimar o inconsciente, pois é precisamente nele que Lacan muitos anos depois apontaria a descrição mais próxima que Freud faz do significante, como será abordado adiante nesse trabalho.

No “Projeto...” de 1895, Freud julga a consciência como uma possível condição a ser adquirida por uma representação já existente, dependente de ter sua tradução para o nível de consciência vetada ou permitida pelas exigências da repressão. Nesse momento, Freud acumula uma multiplicidade de hipóteses a respeito do que definiria a separação entre uma representação consciente e uma inconsciente. Mas um dos passos mais significativos para a consolidação da psicanálise se dá em 1900 no capítulo 7 de “Interpretação dos sonhos”, (FREUD, 1900/1976) onde se concebe que a representação que é suscetível de consciência se difere da que não o é, por uma questão de qualidade em cada uma por passarem por processos diferentes (o primário e o secundário), onde a repressão poderia atuar fazendo com que ideias não pudessem se tornar conscientes por não terem acesso a palavras que a elas se ligassem.

É apenas em 1915, já tendo formulado a teoria das pulsões, que Freud irá apresentar sua concepção definitiva a respeito de como podemos diferenciar aquilo que é inconsciente e o que é consciente.

## A REPRESENTAÇÃO COMO SUPORTE PARA A TEORIA DO INCONSCIENTE

Em 1915, no texto “O inconsciente”, Freud faz uma referência a uma ideia que havia sido apresentada em 1895 no “Projeto para uma psicologia científica”, os dois diferentes estímulos sobre o aparelho psíquico. Os de origem exógena, para os quais uma atividade motora (fuga) pode dar conta de permitir ou evitar, e os estímulos endógenos, os quais não podem ser evitados, e que por isso acabam sendo uma força constantemente presente.

É assim que um organismo atribuiria a separação entre um mundo interno e um mundo externo. Tudo aquilo que é constante e não pode ser evitado por meio de uma atividade muscular que possibilite a fuga, todos “estímulos contra os quais tal ação não tem qualquer valia e cujo caráter de constante pressão persiste apesar dela” (FREUD, 1915a/1976, p.125) são considerados como estímulos internos. Segundo as palavras de Freud, “*a substância perceptual do organismo vivo terá assim encontrado, na eficácia de sua atividade muscular, uma base para distinguir entre um ‘de fora’ e um ‘de dentro’, o que mais tarde levará à distinção entre mundo interno e realidade ou mundo externo*” (FREUD, 1915a/1976 p. 125).

Para lidar com os estímulos de origem externa, um princípio de “inércia neuronal”, que implica na tendência dos neurônios em se livrar de qualquer excitação após serem a ela submetidos, funciona satisfatoriamente. Já para esses estímulos de origem interna, que possuem uma força constante e irrechaçável, o sistema nervoso é obrigado a abandonar a tendência de “inércia neuronal” e passar a tolerar um acúmulo destes estímulos. Desta maneira, o “princípio de inércia” dá lugar ao “princípio de constância”. O segundo tem sua importância ressaltada nos estudos que Freud retoma quinze anos depois, a começar pela sua menção como o princípio mais importante do aparelho psíquico em 1914, no texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”:

o aparelho psíquico como sendo um dispositivo destinado a dominar as excitações que de outra forma, seriam sentidas como aflitivas ou teriam efeitos patogênicos. Sua elaboração na mente auxilia de forma marcante um escoamento das excitações que são incapazes de descarga direta para fora, ou para as quais tal descarga é, no momento, indesejável. (FREUD, 1914/1976 p. 92)

Esses estímulos internos constantes foram tomados por Freud como a prova oferecida a um organismo de que, ademais de estímulos externos, há também uma pressão de necessidades constantes de origem interna, que exigem uma satisfação como meta, necessidades que “pulsionam”, que têm um movimento pulsional (Triebregung). Esta é a definição fundamental da pulsão, esse conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, por ser o representante psíquico dos estímulos do organismo, que dessa maneira alcançam a mente, pela necessidade de que a mente também trabalhe para manter o organismo em funcionamento em nome da ligação que possuem (FREUD, 1915/2006, p.142). É por essa relativa proximidade que Strechey indevidamente traduz o termo *Trieb* em alemão, como instinto, aquilo que os animais teriam consigo e que os moveria a um comportamento que atendesse suas exigências orgânicas.

A questão é que apesar de sua existência, a pulsão precisa atender uma condição para se tornar acessível à consciência. Precisa estar ligada a algo que a represente. A pulsão, como explica Freud, enquanto tal, é incognoscível, ela só é conhecida através de seus representantes, ou seja, os representantes da pulsão. Assim, a antítese entre consciente e inconsciente, não se aplica às pulsões (FREUD, 1915b/1976 p. 182).

No último capítulo do texto “O inconsciente”, Freud apresenta dados de sua clínica que o levam a fazer adaptações sobre sua teoria das representações, bem como, abandonar as diversas hipóteses que havia deixado em suspenso desde a última vez em que tocara diretamente no assunto, ou seja, em 1900 em “Interpretação dos Sonhos”.

A constatação clínica parte de uma comparação das formas de investimento realizadas pelos pacientes neuróticos e pelos psicóticos. O neurótico, baseado numa frustração na obtenção do objeto, acaba por renunciá-lo como objeto real e revertendo sua libido a um objeto que é fantasiado, para logo reprimir sua presença, num processo de introversão. Desta forma, ao mesmo tempo que se afasta de um objeto real, mantém um enorme investimento num objeto inconsciente que segue dando provas de sua presença. Com isso, o investimento no objeto permanece inalterado. Já nos pacientes esquizofrênicos, Freud entendeu que os investimentos abandonados do objeto real, não encontravam um objeto fantasiado como substituto, ocasionando que a libido relacionada, passava a ser investida no Eu. Por conta disso, a transferência desses pacientes era comprometida a ponto de inviabilizar uma análise.

Para discorrer sobre suas razões, ilustra o problema com o caso de uma mulher esquizofrênica que se queixava de que seus olhos estavam tortos (sem haver nenhum problema físico neles), acusando o marido com uma expressão comum em sua língua, de ser um hipócrita, um entortador de olhos. Freud comenta que uma histérica teria literalmente entortado os olhos, mas não saberia acusar sua razão. Outro caso é o de um paciente que se afasta de oportunidades em sua vida por causa das espinhas em seu rosto, que é uma encenação de seu complexo de castração, se culpando por sempre ceder ao prazer de espreme-las, comparando diretamente com a ejaculação de um pênis, e se angustiando por deixar em sua pele um buraco que toma lugar de ser um genital feminino, com o qual se angustia por representar sua ameaça de castração. Entretanto, seria inconcebível que um neurótico histérico, como tal encenação poderia sugerir, pudesse fazer uma correlação como essas com tão pequenas semelhanças, expressas apenas nas palavras que relacionam buraco a vagina, e esguicho<sup>1</sup> da espinha espremida, com a ejaculação do pênis. Tanto porque não pode tornar-se seu substituto, como também porque acabaria por encontrar tal relação em absolutamente qualquer espaço oco.

Constata-se então que no discurso do psicótico, há uma supervalorização do que tem a ver com as palavras em detrimento do que tem a ver com as coisas, de maneira que para o psicótico, não é importante a similaridade das coisas, mas sim a uniformidade das palavras que são empregadas. Pode-se dizer, portanto, que apesar de que o psicótico tenha um investimento objetal desprezível, tem esse investimento mantido nas palavras que o representam.

Dessa maneira, aquilo que é referido como representações conscientes, deve ser dividido em representação-coisa e representação-palavra, onde a primeira refere-se às derivações mais antigas da memória sobre a coisa, e a segunda como uma ligação posterior dada a partir da época da inclusão na habilidade da fala. Portanto, uma representação consciente não difere de uma representação inconsciente por sua localização ou qualidade, como desde os escritos de 1895, no “Projeto”, era hipotetizado, mas trata-se da mesma representação, que está presente como representação-coisa desde seu estado inconsciente, mas que pode alcançar a consciência se acabar ligando-se à representação-palavra. A repressão atua impossibilitando que uma representação-coisa seja hiperinvestida a ponto de ligar-se a uma representação-palavra. Uma representação permanece inconsciente caso a repressão negue a tradução da representação-coisa em uma palavra que a represente.

Desde “A interpretação dos Sonhos” de 1900, os atos de investimento, ou seja, os pensamentos, já eram analisados como sendo a princípio inconscientes e desprovidos de qualidade, podendo apenas tornarem-se conscientes perante uma ligação com palavras. Freud levanta a questão de por que seria necessária essa ligação com a representação-palavra sendo que ela também é um derivado das percepções sensoriais. Deixa como possível resposta, a ideia de que as representações-coisa estão tão distantes da percepção que as originou, que talvez precisassem de um aumento qualquer de sua importância para virem à consciência, sendo que a representação-palavra seria uma qualidade que cumpriria tal requisito. Além disso, os investimentos ligados a palavras podem ser abstratos e estar se referindo unicamente a relações entre representações de objeto, sem poderem dessa forma, extrair qualquer coisa dos remanescentes da percepção. Esse processo, entretanto, não é exatamente o que torna uma representação consciente, mas sim o que faz com que ela alcance as condições necessárias para tal. Os processos que diferenciam o pré-consciente do consciente são de outra ordem. (FREUD, 1915a/1976)

#### A representação na teoria do inconsciente

Freud apresenta um conceito curioso que usou apenas duas vezes em sua obra, ambas no mesmo ano, e em frases afirmativas, que não têm o conceito como objeto. Trata-se do representante da representação (*Vorstellungsrepräsentanz*). Essa forma especial de representação refere-se àquilo que pode representar uma pulsão, tornando-a articulável tanto pelo consciente quanto pelo inconsciente. Esse representante tem a característica de ser

invariavelmente reprimido antes de qualquer outro ato de repressão, o que faz com que mantenha sua função inalterada para sempre. Vives (2005) comenta o conceito da seguinte forma:

O que Freud apresentará em 1915 em seu texto sobre o recalque como um postulado necessário implica, no princípio do sistema representativo, a valência de uma representação singular, originalmente recalcada, e à qual será fixada a pulsão. Freud chama essa representação de *Vorstellungrepräsentanz*. É ela que em conjunção com a cadeia significante por sua própria condição, permitirá o movimento da cadeia. Portanto, apenas este primeiro representante tem direito ao título de representante do sujeito, ao qual o sujeito jamais terá acesso.

Utilizando o texto freudiano, Vives aponta com suas palavras o mesmo que Lacan, que *“este representante da representação é estritamente equivalente à noção e ao termo de significante”* (LACAN, 1958). Faz-se momento propício, de apresentar o que Lacan entendia com o termo significante.

## O SIGNIFICANTE

### A FORMULAÇÃO DO SIGNIFICANTE

Extraíndo um conceito elaborado na linguística de F. de Saussure, Lacan introduz o significante na psicanálise com o intuito de resgatar o valor da palavra como aquilo que um tratamento psicanalítico deve fazer aparecer. Para fazer valer o caráter inconsciente da ação do neurótico nessa teoria, precisa adaptá-la quanto à função do significante e do significado. Sua nova concepção consiste em apontar um significante que tem o deslocamento como sua principal característica.

A associação de um significado seria realizada em termos independentes de uma subordinação do significante palavra a um fluxo de ideias anterior à linguagem, como propunha Saussure. Dessa maneira, o significante não cumpriria mais um papel de ser a inscrição de um significado pré-existente, e não teria uma função de representar o significado, pois a ele se antecipa (DÖR, J., 1989, p. 38-39), o significante precede e determina o significado.

Na defesa da promoção de um retorno àquilo que julgava estar sendo perdido na leitura de Freud, Lacan diz que era preciso, *“[...] em primeiro lugar, promover, como necessária a qualquer articulação do fenômeno analítico, a noção de significante [...]”* (LACAN, J. 1958/1998 p. 695). Isso porque julgava que Freud havia antecipado o trabalho

que Saussure faz ao formalizar sua linguística em torno do que denomina de signo, dizendo que “[...] a descoberta freudiana ganha relevo justamente por ter tido que antecipar suas fórmulas [as de Saussure]” (LACAN, J. 1958/1998 p. 695).

Pode-se inclusive dizer que Freud descreve a mesma qualidade do significante baseando-se em uma evolução diferente de pensamento, sendo que mesmo sem contar com os recursos que a linguística oferece, demonstrou a qualidade relevante do significante a partir de uma continuidade sobre seus estudos em fisiologia. Em 1971, Lacan relata haver encontrado na obra freudiana, a descrição mais antiga do significante, ainda anterior ao representante da representação, que já é uma elaboração feita sobre o conceito de pulsão:

Quando tiro partido da carta 52 a Fliess, é por ler nela o que Freud pôde enunciar, sob o termo que forjou – WZ, Wahrnehmungszeichen –, como sendo o mais próximo do significante, numa época em que Saussure ainda não o havia reproduzido (do signans estoico). (LACAN, 1971/2003 p.19)

Wahrnehmungszeichen significa indicação de percepção, sendo descrita por Freud como “o primeiro registro das percepções; é praticamente incapaz de assomar à consciência e se dispõe conforme as associações por simultaneidade” (FREUD, 1896/1976 p.255). Nesta descrição dada por Freud, no caminho entre percepção e consciência haveria três registros. Isso porque tanto percepção quanto consciência exclui qualquer possibilidade de marca, registro ou memória. Esses registros são, sequencialmente, 1-Indicação de percepção (o significante); 2-Inconsciente; 3- Pré-consciente.

O mais notável é que Freud assume que esses registros vão se estabelecendo progressivamente graças às marcas deixadas pela experiência, notoriamente pela primeira experiência de satisfação oferecida pela alimentação. Quando Lacan descreve a experiência que marca a transmissão do significante para a criança, faz uso também de uma experiência de satisfação, descrita pelo regozijo da criança em deparar-se com a integridade de sua imagem no espelho. Mas para falar sobre essa experiência, Lacan precisou referir-se à linguística de Saussure.

O passo que Saussure dá, é o de propor uma mudança na linguística tradicional através de abandonar o interesse na busca do relacionamento entre um termo e seu referente (HARARI, 2006 p.64). Em *Curso de lingüística geral* (SAUSSURE, 1993 p. 79-84), há um capítulo com o nome de “Natureza do signo linguístico”, onde se introduz uma divisão daquilo que se entende por palavra, em dois elementos distintos. Esses elementos, que são

introduzidos na psicanálise por Lacan sob o nome de Significante e Significado, são denominados no ensino de Saussure também como Imagem acústica e Conceito, respectivamente, e diagramados da seguinte forma:



**Figura 2 – O signo de Saussure**

{ XE "Signo de Saussure" }

“Conceito” se refere àquilo que uma palavra quer dizer. “Imagem acústica” é referencial físico, a representação do som de uma palavra. A união desses elementos segundo a forma diagramada forma o “signo linguístico”. É importante notar que o esforço de Saussure é exatamente por destituir a importância do relacionamento com o referente, ou seja, que uma palavra não está se referindo a uma coisa com a qual ela está se relacionando, mas sim que ela própria traz dentro de si o conceito a ela pertinente, uma vez que já é a junção das duas partes: imagem acústica e conceito. Chamá-los de elementos chega a ser falacioso, uma vez que são indissociáveis como as duas faces de uma moeda, razão pela qual há um círculo envolvendo-os, e duas flechas laterais, significando que cada uma dessas partes remete necessariamente à outra. (HARARI, 2006 p.65)

Ainda que Lacan defenda o valor fundamental do uso da noção saussuriana de significante, precisou fazer diversas adaptações à fórmula do signo, fazendo uso dela, apenas na forma a seguir:

$$\frac{s^{te}}{s} XE$$

"

"

**Figura 3 – O signo segundo Lacan**

As muitas diferenças são necessárias basicamente para assinalar uma única: a de que no diagrama laciano, o significante tem primazia. Por isso, o significante fica representado em cima do significado. A barra que separa os dois elementos passa a ser usada com uma espessura maior, para explicitar que é uma barra difícil de ser transposta, uma vez que representa a força da repressão separando as duas partes. Não há mais um círculo ao redor porque não se espera que esteja presente a questão das duas faces da mesma moeda. E já que não há essa interdependência, tampouco faz sentido o uso das flechas que indicam na linguística que poderíamos ler a fórmula em qualquer sentido, pois passa a ser importante ressaltar que é o significante que tem hierarquia superior, e que o lugar onde está inscrito não pode ser ocupado pelo significado.

Há aqui, portanto, um deslocamento da questão de Freud sobre as representações, pois não se trata mais do investimento mnêmico implicado na formação de uma percepção, mas sim de uma presentificação da questão da linguagem. A questão freudiana da vivência não tinha o caráter articulável que é explorado com a linguagem. (HARARI, 2006 p.66)

Desse jogo de articulação entre significante e significado, podemos desprender por dedução, uma terceira categoria: a do significável; pela qual Lacan diz que “[...] o significante tem uma função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como sofrendo sua marca, tornando-se, através dessa paixão, o significado” (LACAN, 1958/1998 p.695). Para definir melhor o sentido da frase, vale lembrar que paixão é suportar a marca (HARARI, 2006 p.67). Assim, está assumido que o significante ativamente imprime os efeitos de sua presença sobre esse universo “significável”, fazendo com que surja algo significado. O significante significa o significado, o que pela própria análise sintática das palavras, corresponde a o agente que significa age sobre aquilo que sofreu a significação.

Dessa forma, o significante faz aparecer significado onde não havia, justificando que não há apenas uma oposição entre significante e significado, mas que há uma primazia do significante que toma o universo do significável para nele poder imprimir seus efeitos.

Da mesma maneira que se usa a expressão “Paixão de Cristo” para referir-se a como Cristo é o alvo da paixão de seus seguidores, podemos falar da paixão do significado, uma vez que é ele que recebe a paixão gerada pelo significante.

O significante também não é múltiplo naquilo que representa, ao menos no sentido de que a única coisa que sempre representa é o sujeito. Se um significante representa alguma coisa diferente do sujeito, não se trata de um significante, mas sim de um signo (REMOR, C., 2008), que é o elemento necessário para a articulação das múltiplas representações do objeto.

A busca por uma articulação do significante na multiplicidade daquilo que representa, ou seja, lê-lo como se fora um signo, é também uma evitação da diferença binária que marca todo sujeito, e que a psicanálise insiste em combater por ser não outra coisa senão aquilo de que a resistência esforça-se por criar uma ignorância a seu respeito: a marca do sexo que submete o sujeito necessariamente entre duas condições, homem ou mulher. É essa relação binária que faz com que seja necessário explorar o significante não como uma materialidade isolada, mas como puramente uma função de relação, tal como marcado por Lacan no trecho:

talvez ao colocar o sujeito como isso que um significante representa para outro significante, poderemos tornar a noção de sujeito suposto mais manejável [...] O sujeito é o significado da pura relação significante. (LACAN, J, 1968/2008)

## O SIGNIFICANTE COMO RELAÇÃO

Não bastaria uma relação representativa entre significante e significado para que o significante adquirisse seu papel dentro de uma língua. Sob tais condições, teríamos simplesmente um léxico, um conjunto de informações sem articulação. A língua, além dos elementos, supõe leis que governam esses elementos entre si (DÖR, J., 1989, p. 33). O significante não se faz presente como elemento isolado, mas como uma relação. Essa relação tem a particularidade de ser sempre binária, de forma que não se infere a existência de um conjunto de significantes enumeráveis que articulariam uma linguagem em função da forma como se organiza a informação que carregam ao fazê-los interagir. Ao invés disso, o significante nunca representa outra coisa senão um sujeito para outro significante, e por isso essa relação é sempre de um significante  $S_1$  (o representante do sujeito) para um significante  $S_2$ , sem que pudéssemos introduzir a presença de um significante  $S_3$ ,  $S_4$  ou  $S_5$ . A representação feita pelo significante acaba por ser sempre a mesma, ou seja, sempre haverá apenas um  $S_1$  e outro significante, por definição,  $S_2$ . Se o lugar do sujeito já foi aqui exposto anteriormente como o lugar do significante, também se deve ressaltar que “o sujeito se define em relação ao Isso. Significa que não existe por si” (CABAS, 2009 p.93), dependendo sua existência desse caráter relacional, da mesma forma que o significante, pois o desejo enquanto algo que é subjetivamente próprio é desejo deslocado, desejo em uma dedicação ao encontro do desejo materno que ao transmitir-se, transmite a ordem significante que funda o sujeito.

não há sujeito se não há significante que o funde. É na medida em que houve essas primeiras simbolizações constituídas pelo par significante, o primeiro sujeito e a

mãe, que é preciso saber o que isso quer dizer em relação a alguns termos, realidade ou não realidade, autoerotismo ou não autoerotismo (LACAN, 1958b, cap.10).

A mesma lógica já demonstrada anteriormente no capítulo “A formulação do significante”, que mostra a dependência existencial que o significado possui em relação ao significante, está expressa também na relação que o sujeito estabelece com o significante. Na afirmação de que “um significante representa um sujeito para outro significante”, está estabelecido, antes de qualquer outra coisa, a dependência do sujeito em relação ao significante, uma vez que o sujeito está determinado por ele. (LACAN, 1968/2008, p.48)

Lacan justifica a origem dessa dependência na versão que o sujeito faz na direção do grande Outro consistente. Na cadeia significante, que é sempre a mesma, uma vez que sempre diz respeito à relação do significante com outro significante, Lacan introduz a relação matemática de “pertença”, relativa à teoria de conjuntos, por julgar ser a forma mais simples de apresentar sua natureza. Primeiramente, esquematiza a relação do significante com outro significante como uma relação de par ordenado entre os elementos S (significante) e A (outro significante)<sup>2</sup>. Um par ordenado consiste, intuitivamente, de dois elementos dos quais um é designado como primeiro elemento e o outro como segundo. (HOLMES, RANDALL, 1998). Um uso bastante conhecido do par ordenado é o de expressar um ponto do plano cartesiano através do uso de dois elementos que dão suas coordenadas. O par ordenado é introduzido por essa espécie de “*ato de violência que na lógica é chamado axioma*”, e “*o resultado desse ato de violência é criar um significante que substitui a coexistência de dois significantes*”. (LACAN, 1968/2008, p.70)

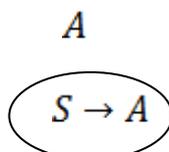
$$S \rightarrow A$$

#### **Figura 4 – Representação do par ordenado composto por S e A.**

Fonte: { XE "Representação do par ordenado composto por S e A." } Lacan (1968/2008, p. 56)

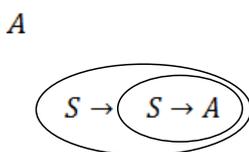
Há de se ter em vista que nesta fórmula, primeiro que Lacan trata o Outro meramente como sendo um significante, o que realmente é. Segundo, que isso se trata de um par ordenado, ou seja, que a posição de qual elemento é o primeiro e qual é o segundo elemento, efetivamente importa, e o A só deve ser tomado como o segundo significante, o outro significante.

Em seguida, ressalta que o Outro, aqui usado como o outro significante, A, é o tesouro dos significantes, ou seja, é o acervo de significantes, o lugar onde se os guarda todos. Considerando que esse próprio A é um significante, e que a característica importante do significante seja a alteridade, podemos denominar a relação de alteridade entre S e A pelo significante A, sob o mesmo pretexto do que chamava de um ato de violência na matemática, que substitui a coexistência de dois significantes por apenas um:



**Figura 5 – O par ordenado sendo denominado como A{ XE "O par ordenado sendo denominado como A" }. (Lacan, 1968/2008, p.57)**

Dessa maneira, se constata que a relação entre S e A, a função de S em A, o par ordenado S, A, ( $S \rightarrow A$ ), é aquilo a que demos o nome de Outro (A), de forma tal que podemos substituir na fórmula, a ocorrência de A por aquilo que é A, de forma a escrever o seguinte:

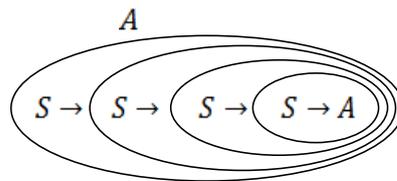


**Figura 6 – “A” sendo substituído por  $S \rightarrow A$  XE “\“A\” sendo substituído por**

”

Fonte: Lacan (1968/2008, p.57)

Essa substituição pode ser feita infinitamente, multiplicando a incidência de S sem nunca ser capaz de apreender o recuo de A, que permanece presente sem se reduzir, fazendo com que essa fórmula demonstre sua condição de inapreensibilidade pelo saber. Isso acontece porque sempre se pode escrever esse segundo significante, esse  $S_2$ , o A, tanto do lado de dentro como do lado de fora desses círculos, pois A é um conjunto que contém a si mesmo, ao passo que S não contém a si mesmo. Esse fato terá sua importância demonstrada ao final desta explanação, mas no momento fica expressa a própria falha de todo saber, que implica em não se poder saber o que A contém a não ser seu próprio significante. (LACAN, 1968/2008, p.58)



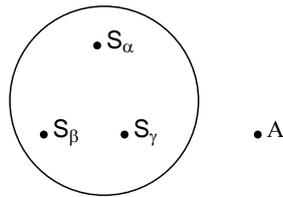
**Figura 7 – A possibilidade infinita de substituição consecutiva de A por  $S \rightarrow A$  XE "A possibilidade infinita de substituição consecutiva de A por**

"

Fonte: Lacan, 1968/2008, p.57

Lacan justifica que fazer uso apenas da noção de conjunto, não seria suficiente para definir qualquer coisa que esteja planejando mostrar, e que é necessário que o conjunto seja a tradução de um par ordenado. A mesma articulação do diagrama pode ser expressa pela fórmula  $\{S_1, \{S_1, S_2\}\}$ , na qual  $S_1$  representa o sujeito por estar em articulação com um par ordenado, que é o próprio A nos diagramas anteriores, e que é o conjunto dos dois elementos seguintes dentro das chaves menores. Da mesma maneira, a relação  $\{S_1, S_2\}$  é referida no diagrama como  $S \rightarrow S$ , onde  $S_2$  "é o outro significante da minha formulação,  $S_2$ , aquele perante o qual todos os outros representam o sujeito" (LACAN, 1968/2008, p.73) Essa é uma torção importante da fórmula que diz que um significante representa um sujeito para outro significante, pois afirma que podemos segui-la pelos dois lados: tanto que o  $S_1$  é o significante que representa o sujeito para qualquer outro significante (pois faz com que qualquer um deles seja  $S_2$ ); como também que o  $S_2$  é o significante para o qual o sujeito é representado por um significante (pois faz com que todos eles sejam  $S_1$ ). Isso reforça que a presença do significante é marcada pela pura diferença.

Até agora, na tentativa de se apreender o que é que define o sujeito, se jogou com a hipótese de que se possa substituir A por  $S \rightarrow A$ , isso quer dizer que se jogou com a hipótese de que A seja um conjunto que contém a si mesmo, produzindo um efeito de inapreensibilidade de A, o que estenderia uma indefinição do sujeito. Vejamos o que se pode obter ao considerarmos a hipótese inversa, de que A não contém a si mesmo. Isso fará com que nos deparemos com outro problema para essa definição, o paradoxo contido no teorema da indecidibilidade, o paradoxo de Russell.



**Figura 8 – Diagrama de A como não pertencente a si mesmo{ XE "Diagrama de A como não pertencente a si mesmo" }**

Criamos um conjunto que contém vários significantes como elementos. Nesta hipótese, nem  $S_\alpha$ , nem  $S_\beta$ , nem  $S_\gamma$  são semelhantes a A, mas A conserva a propriedade já presente na hipótese anterior de ser o outro significante de cada um deles, estabelecendo o lugar relacional que era expresso pelas fórmulas como o lugar de  $S_2$ . Por essa razão, A está representado por um ponto apesar de também ser o nome do conjunto que possui  $S_\alpha$ ,  $S_\beta$ , e  $S_\gamma$  como elementos. Com esta condição, podemos tentar reunir os significantes que não são elementos de si mesmo dentro de um mesmo grupo. Para isso demarcamos dois conjuntos, A e B. O conjunto B é a alteridade do significante, ou seja, o  $S_2$ , aquele perante o qual, todos os outros significantes são  $S_1$ , *i.e.*, todos os outros significantes representam o sujeito. Deve-se notar que tanto A como B são duas definições distintas para a mesma coisa: o Outro. Essa separação é feita para que sejam mais claros os passos para se colocar um grupo dentro do outro.

O que buscaremos fazer é testar se B pode ser mais um elemento tal como  $S_\alpha$ ,  $S_\beta$ , e  $S_\gamma$ , ao mesmo tempo em que B seja um conjunto que contém a si mesmo, ao definir se ele pode estar contido em A ou não. Teremos então a condição posta de que:

- Para que x, seja ele qual for, seja um elemento de B, é preciso que x não seja elemento de x (de si mesmo), e que x seja elemento de A;

Baseado nestas condições, supomos que o valor de x possa ser B. Com isso, teremos um enunciado como este:

- Para que B seja elemento de B, é preciso que B não seja elemento de B (de si mesmo), e que B seja elemento de A (*i.e.*, que seja um elemento do tesouro dos significantes, que seja um significante).

Já na enunciação da condição, percebemos um paradoxo lógico. Se for elemento de si mesmo, B não satisfaz a condição de ser o conjunto de elementos que não pertencem a si

mesmos. Se B não é um elemento de si mesmo, então deve pertencer ao conjunto dos conjuntos que não pertencem a si mesmo, que é o próprio B, o que implicaria em dizer que B é elemento de si mesmo, o que não satisfaz a condição de existência de B.

Isso mostra que se pela primeira hipótese tentarmos definir A como um conjunto que contém a si mesmo, somos levados a uma impossibilidade de definir A por nunca conseguir formular o que ele contém, e se formularmos a segunda hipótese, a de que o sujeito contenha a si mesmo, incorremos na impossibilidade de decidir por uma definição.

Isso demonstra não que o sujeito não está incluído no campo do Outro, mas que o ponto em que eles se expressa como sujeito é externo, entre aspas, ao Outro, ou seja, ao universo do discurso (LACAN. 1968/2008 p.74).

Dizer que o lugar onde o sujeito se expressa seja em algum lugar alheio ao universo do discurso, é o mesmo que dizer que a verdade sobre o sujeito se encontra fora do discurso, ou que “*o discurso verdadeiro, é um discurso sem fala*” (LACAN, 1968/2008 p.68), sendo que essa verdade subsiste como o inconsciente de todo discurso; por mais que a lógica exclua sua possibilidade, o inconsciente pode existir em uma realidade alheia ao enunciado lógico.

## **PARA CONCLUIR**

Não se pode perder de vista que o sujeito é assujeitado. Assujeitado à ordem da linguagem. Desde a formulação freudiana do inconsciente, o sujeito já está em questão apenas porque Freud questiona isso que está sujeito aos efeitos do inconsciente, a coisa que se estrutura como linguagem. Por isso não é um substantivo e sim uma condição resultante, é um real inapreensível. Se insistimos em tentativas narrativas para se substantivar o sujeito, conseguimos nos máximo alcançar um definição mais própria do indivíduo, esse ser que tem identidade, que é igual a alguma coisa. Daí pode-se desprender uma frustração geral com a psicanálise: a de que ela acaba por não ser essencialista, não poder descrever o funcionamento de um mundo, e que na verdade, Freud quase nada explica. Apenas faz uso de um conhecimento que produz a possibilidade de modificar o sofrimento neurótico, e que só não chega a ser exatamente uma petição de princípio porque não tenta provar um ponto. O sujeito que se infere no saber psicanalítico não é substituto de um ente filosófico, do ser ou do sujeito da ciência. Simplesmente designa o núcleo do ser em sua pura castração, nada, vazio. É por isso ético, e não ôntico.

## NOTAS

<sup>1</sup> A palavra original em alemão, “*abspritzen*” é popularmente usada para referir-se à ejaculação, de uma forma que “esguicho” em português não chega a retratar tão bem.

<sup>2</sup> O Outro é representado por “A”, por derivar da palavra “Outro” empregada por Lacan em francês, *Autre*.

## REFERÊNCIAS

CABAS, A. G. O sujeito e a psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

DÖR, J. Introdução à leitura de Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ELIA, L. O Conceito de Sujeito. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

FREUD, S. (1973). La Afasia (R. Alcade, Trad.). Buenos Aires: Nueva Visión. (Trabalho original publicado em 1891).

\_\_\_\_\_. O projeto para uma psicologia científica, v. 1. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (Trabalho original publicado em 1895).

\_\_\_\_\_. Carta 52, v.1. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (Trabalho original publicado em 1896).

\_\_\_\_\_. A interpretação dos sonhos, v. 5. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (Trabalho original publicado em 1900).

\_\_\_\_\_. Sobre o narcisismo: uma introdução, v. 14. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (Trabalho original publicado em 1914).

\_\_\_\_\_. As pulsões e suas vicissitudes, v. 14. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1915a)

\_\_\_\_\_. O inconsciente, v. 14. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1915b)

\_\_\_\_\_. Jenseits des Lustprinzips. Project Gutenberg, 28 fevereiro 2009. [EBook #28220] E-book disponível em <http://www.gutenberg.org/etext/28220> Acesso em 20 junho 2010. (Texto original publicado em 1920)

\_\_\_\_\_. Conferência XXXV - A questão de uma Weltanschauung Rio de Janeiro: Imago. Edição eletrônica da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol.XXII. 2000b (Conferência original proferida em 1933)

- HARARI, R. Por que não há relação sexual? Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.
- HOLMES, RANDALL *Elementary Set Theory with a Universal Set*. Academia-Bruylant, 1998.
- LACAN, J. A significação do falo In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998. (Texto original publicado em 1958)
- LACAN, J. O seminário – Livro 5. Edição eletrônica das obras completas de Jacques Lacan. Buenos Aires: UBA, 1990. Cap.10. (Seminário original proferido em 1958b).
- \_\_\_\_\_. O seminário – Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise 2ªEd. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (Seminário original proferido em 1963/1964).
- \_\_\_\_\_. A Ciência e a Verdade In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998. (Texto original publicado em 1966)
- \_\_\_\_\_. Proposition du 9 de Octobre de 1967 In: Scilicet nº01 1967a
- \_\_\_\_\_. O seminário – Livro 16 – De um Outro ao outro Texto estabelecido por Jacques Allain Miller 1ªEd. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2008. (Seminário original proferido em 1968).
- \_\_\_\_\_. Seminario XX mais, ainda. Clase 4 El amor y el significante de 16 de Enero de 1973. Tradução para o espanhol de Diana Rabinovich, Juan-Luis Delmont-Mauri e Julieta Sucre. (Seminário original proferido em 1973).
- \_\_\_\_\_. Lituraterra In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Texto originalmente publicado em 1971).
- REMOR, C. A. M. A interpretação na clínica: da hermenêutica à psicanálise – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
- RUSSELL, B. *The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays, 1914-19*, London: George Allen and Unwin, 1986. (Texto originalmente publicado em The Monist, 1918).
- SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 1993.
- VIVÈS, Jean-Michel Pour introduire la question du point sourd. In: Psychologie Clinique: La voix dans la rencontre clinique. Paris, nouvelle série, n.19, 2005.